



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 30 de agosto de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,02% São Paulo	112.898 112.323 24/8 25/8 26/8 29/8	R\$ 1.212	R\$ 5,033 (-0,88%)	R\$ 5,031	6,76%	13,67%	Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68

TRABALHO / Criação de vagas com carteira assinada cresce em julho, puxada pelos setores de serviços e de construção civil. Total de 218,9 mil postos fica abaixo do registrado em maio e no mesmo mês do ano passado

Emprego formal em ritmo mais lento

» RAFAELA GONÇALVES

O Brasil criou 218,9 mil empregos com carteira assinada em julho, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O saldo mensal foi resultado de 1.886.537 contratações e 1.667.635 desligamentos. Com os dados do último mês, o país chegou a um estoque recorde de 42,2 milhões de empregos formais registrados no Novo Caged.

Nos sete primeiros meses do ano, o país gerou 1,5 milhão de empregos formais e, nos últimos 12 meses, o saldo positivo chegou a 2,5 milhões. No entanto, houve piora em relação a julho do ano passado, quando foram criados 306,5 mil empregos formais, e também uma desaceleração referente ao mês anterior, em que foram abertas 278,7 mil vagas. A tendência, de acordo com os especialistas, é de uma certa estabilidade na geração dos postos de trabalho, após o início da recuperação da pandemia.

“A dinâmica das admissões, com ajuste, é cadente, ao passo que as demissões seguem ao redor do mesmo patamar”, afirmou Étores Sanchez, economista da Ativa Investimentos. Segundo ele, o número de julho traz uma desaceleração mensal, mas está longe de permitir falar em um processo de desaquecimento intenso do emprego formal.

Os dados do Caged registram apenas os empregos com carteira assinada. Por isso, são diferentes dos apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que incluem o mercado informal de trabalho.

Todos os cinco grandes grupos de atividade econômica registraram saldos positivos em julho, sendo o maior crescimento no setor de serviços, com saldo positivo de 81,8 mil postos de trabalho formais, seguido da indústria, que registrou 50,5 mil e do comércio, com geração de 38,5 mil vagas no mês.

Os empregos estão sendo puxados pelo setor de serviços, um dos mais impactados pela pandemia. Lara Reina, de 23 anos,

se formou em comunicação em dezembro do ano passado e, desde então, buscava o primeiro emprego. “Cheguei até a perder a esperança. Estava muito difícil conseguir qualquer vaga”, contou. No mês passado, Lara conseguiu a tão sonhada vaga de social media em uma grande empresa do comércio varejista. “Com carteira assinada, a gente sabe que os nossos direitos vão ser cumpridos, e sente bem mais segura do que como autônoma ou pessoa jurídica”, disse.

No acumulado do ano, o setor da construção civil foi o que teve desempenho mais destacado, com um crescimento de 9,38% no estoque de empregos formais, puxando os demais setores. Os serviços geraram 874,2 mil vagas, seguidos pela indústria, com 266,8 mil novos empregos.

A construção tem apresentado um nível de atividade maior do que o esperado, ainda reflexo da baixa taxa real de juros observada no início de 2021. “O setor é bastante intensivo em capital e o ciclo de negócio é maior do que em atividades como indústria e varejo, dado que existe uma defasagem entre vendas, construção e entregas”, observou o economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso.

Salário

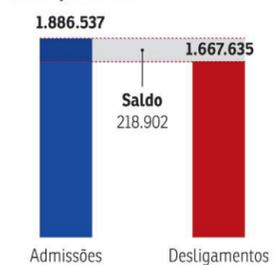
Julho também foi o segundo mês consecutivo em que o salário médio real de admissão apresentou crescimento, alcançando a média de R\$ 1.926,54, variação positiva de 0,80% em relação ao mês anterior. Segundo o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, os motivos da alta foram a deflação ocorrida no mês e a recuperação da indústria, que paga maiores salários. “Foi o segundo mês consecutivo em que a indústria cresceu, diminuindo o desemprego”, afirmou.

A expectativa do governo é que o emprego formal continue em trajetória ascendente nos próximos meses, ainda que em ritmo cada vez mais moderado. Em 2021, foram abertas 2,7 milhões de vagas com carteira assinada. A projeção oficial é fechar este ano entre 2,3 milhões e 2,4 milhões.

Ímpeto menor

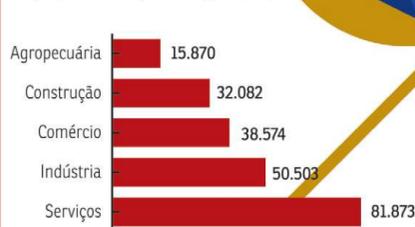
Emprego formal cresce em ritmo mais moderado em julho

Balanco do mês



Serviços na liderança

Empregos abertos por setor (julho/22)



Saldo mensal de empregos formais



Fonte: Caged.

Reajuste de servidor pode custar R\$ 67 bi

» ROSANA HESSEL

As promessas do presidente Jair Bolsonaro (PL) de conceder reajuste para o funcionalismo devem custar bem mais do que os R\$ 11,7 bilhões reservados pela equipe econômica para essa finalidade no ano que vem, podendo chegar a R\$ 67 bilhões, dependendo do percentual de reajuste. Essa é apenas uma das bombas fiscais que não cabem no Orçamento de 2023, que precisa ser enviado pelo Executivo ao Congresso até esta quarta-feira, e deve custar mais do que o aumento de R\$ 200 no Auxílio Brasil a partir do ano que vem.

Um aumento de 5% para o funcionalismo federal, pode custar R\$ 17 bilhões em 2023, pelos cálculos do economista Gabriel Leal

de Barros, sócio da Ryo Asset. A estimativa é superior aos R\$ 12,6 bilhões previstos por técnicos da equipe econômica para uma correção nesse mesmo percentual. Caso o reajuste fique em torno de 20%, como pleitearam os servidores neste ano, a fatura anual passa para R\$ 67 bilhões, pelas contas de Barros.

No primeiro debate na TV aberta dos candidatos à Presidência da República, realizado no domingo pelo pool de veículos de imprensa liderado pela TV Bandeirantes e a TV Cultura, Bolsonaro voltou a prometer que manterá o valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil em 2023, mas não disse com que recursos. Pelas contas de Barros, essa medida deve custar, pelo menos, R\$ 50



Há uma série de despesas já contratadas para o próximo ano. Essa é apenas a ponta do iceberg”

Gabriel Leal de Barros,
sócio da Ryo Asset

bilhões por ano, considerando 20 milhões de famílias beneficiadas.

Mas as bombas fiscais não param por aí. Ainda há o impacto adicional do reajuste do salário

mínimo, considerando o aumento real do piso se ele for aplicado entre 2023 e 2026, o que deve adicionar R\$ 27 bilhões aos gastos, de acordo com o analista.

Pelos cálculos de Barros, somente em 2023, o impacto fiscal dessas medidas gira entre R\$ 70 bilhões e R\$ 120 bilhões. Mas ele admite que a tendência é que o valor fique bem maior, porque não estão incluídas na conta várias outras decisões, como a prorrogação das renúncias fiscais sobre combustíveis. “Há uma série de despesas já contratadas para o próximo ano. Essa é apenas a ponta do iceberg”, alertou o economista da Ryo Asset. Em algumas estimativas do mercado, a fatura das bombas fiscais armadas para 2023 varia entre R\$ 200 bilhões e R\$ 430 bilhões.

TESOURO NACIONAL

Dívida pública é de R\$ 5,80 trilhões

A dívida pública mobiliária ficou em R\$ 5,80 trilhões em julho, de acordo com o balanço divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional. O montante representa uma redução de 0,7% em relação a junho, quando o endividamento estava em R\$ 5,84 trilhões. A variação se deu principalmente por conta do resgate líquido de R\$ 81,6 bilhões em títulos, que foi neutralizado, em parte, pela apropriação de juros, no valor de R\$ 40,5 bilhões.

Segundo a secretaria, “o mês de julho foi marcado por ambiente de aversão ao risco no exterior, refletindo incertezas quanto à inflação e crescimento

globais.” Por outro lado, o alto volume de vencimentos e a queda do dólar fizeram com que o custo médio do estoque da dívida pública, no acumulado em 12 meses, apresentasse redução de 10,90% em junho para 10,76% em julho. “Se deu basicamente por essa valorização do câmbio no período. A depreciação do dólar em relação ao real fez com que a gente tivesse essa queda”, disse o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública do Tesouro, Luís Felipe Vital.

Houve redução da participação dos títulos prefixados em relação ao mês anterior, que passou de 27,23% para

25,75%, devido ao resgate líquido de R\$ 107,53 bilhões. Já o custo médio das emissões de títulos públicos no mercado interno registrou aumento, passando de 12,03% ao ano, em junho, para 12,09% ao ano em julho.

Segundo o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, o resultado de julho não deve ser observado de forma isolada. “A perspectiva do próprio Tesouro Nacional é de que o estoque da dívida deva crescer até o final do ano. Uma parte determinante se deve à forte expansão do custo da dívida pública, especialmente com a recente subida da taxa básica

de juros. Em dezembro de 2021, por exemplo, o custo médio do estoque da dívida pública federal foi de 8,91% ao ano. Este patamar subiu para 10,76% ao ano em julho de 2022”, afirmou.

Após dois meses seguidos de alta, o chamado colchão de liquidez da dívida pública, reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos, registrou queda de 3,58% em termos nominais. A reserva passou de R\$ 1,221 trilhão em junho para R\$ 1,178 trilhão no mês passado. O recuo, segundo o Tesouro, também se deu devido ao resgate líquido observado em julho. (RG)

Geraldo Magela/Agência Senado



Segundo o Ministério da Economia, resgate de títulos foi de R\$ 81,9 bi